CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

ANC

O povo e a agricultura

A desastrada e impatriótica anistia ao vultoso débito de pequenos empresários, mal aprovada pela Assembléia Constituinte, provoca os seus primeiros danos, ao suspender o Governo recursos financeiros da ordem de 23 bilhões de cruzados aos quais a agricultura faz jus.

Trata-se de uma atitude governamental extrema ante as preocupações decorrentes de um calote institucionalizado, cuja exorbitância terá de ser atendida, em sua parcela mais polpuda, pela União, desde que os maiores credores são os bancos oficiais.

Não aparam aí, entretanto, as ações imaginadas por autoridades do setor econômico a fim de o País enfrentar as desastrosas conseqüências do gesto perdulário dos constituintes descompromissados com os interesses nacionais. Há em pauta medidas de alta gravidade para o povo em geral: o já alardeado empréstimo compulsório, a incidir mais pesadamente sobre a combalida classe média, e novos acréscimos à insuportável carga tributária que esmaga os habitantes deste País, sempre em cima de salários, num absurdo privilégio ao capital, através dos desvãos legais que lhe permitem inúmeras escapatórias.

Em ambos os casos, tanto na penalização do contribuinte, como no avaro comportamento relativo à área agrícola, a tendência do Executivo, pela estratégia em cogitação, conduzirá apenas ao recrudescimento dos efeitos da crise inflacionária que engolfa o Brasil. O povo não agüentará sacrifícios extras, agregados a gravames já intoleráveis. A agricultura não pode ver comprometido seu desempenho ultrasatisfatório. Tem toda razão o minis tro Íris Rezende ao insurgir-se contra a restrição de recursos para um dos pouquíssimos campos de atividade que vêm operando com resultados positivos — seguidos recordes de produção em meio a uma conjuntura adversa.

A situação é séria — todos o sabem neste País — e o Governo precisa reagir diante de fenômenos ameaçadores à economia nacional, abatida e desesperançada ao se ver na fronteira da hiperinflação. Pior ainda é a perspectiva de um momento crítico no esforço produtivo que irá colaborar para o Brasil cair na temida e execrável estagflação: a sarabanda dos preços de todo e qualquer bem, sem a contrapartida de meios para ganhos capazes de disputar a maratona altista.

O Governo precisa fazer algo com toda urgência, não só em relação a esses tormentos, como também aos problemas decorrentes da impensada deliberação constituinte sobre os débitos de microempresários, objeto de incompreensível perdão. Não deve, porém, buscar reforço de caixa nos esvaziados bolsos da população e tampouco na frustração da agricultura. Existem outras vias, a começar pelo estancamento dos gastos governamentais sem retorno — causa primeira do enorme deficit público —, o passo inicial da política austera que a hora presente reclama e impõe.